

ENTREVISTA: EDUARDO PEIXOTO, EXPERT EM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

FINTECHS & A LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO

por **CÉSAR CAPUTO**

nº233

AGO 2019

EM PAUTA

O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NAS EMPRESAS

por

**ANA BORGES • FERNANDO FLAUTO • GILBERTO STRAFACCI NETO
IVAR BERNTZ • KIERAN MC MANUS • MANOEL LEMOS
NORBERTO TOMASINI • OLIVER CUNNINGHAM
RODRIGO CUNHA • VALÉRIA CAFÉ**



RI

nº 233 • Agosto 2019



06 Ponto de Vista

As Organizações e a **Transformação Digital** na prática

POR RODRIGO PIMENTEL

10 Entrevista

Eduardo Peixoto,
Chief Design Officer, CESAR

POR ANA BORGES



REVISTA RI®

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.

Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511

20020-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

18 Em Pauta

O impacto da **Transformação Digital** nas Empresas

POR ANA BORGES

28 Tecnologia

E se a **Evolução Digital** já fosse o suficiente?

POR GILBERTO STRAFACCI NETO

32 Fintechs

Fintechs se mobilizam para ficar em conformidade com a **Lei de Lavagem de Dinheiro**

POR CÉSAR CAPUTO

36 IBGC Comunica

As novas capacitações necessárias aos **Conselheiros de Administração**

POR VICKY BLOCH

38 Forum ABRASCA

Investimento em Inovação para competitividade

POR ALFRIED PLOGER

42 Espaço APIMEC

A prática da **Sustentabilidade**

POR BRUNO YOUSSEF

46 Orquestra Societária

Os 5 grandes objetivos de **Governança & Gestão sustentáveis**

POR CIDA HESS E MÔNICA BRANDÃO

52 Registro

21º Encontro de RI debate a retomada do Mercado de Capitais

POR CECÍLIA FAZZINI, JENNIFER ALMEIDA E RODNEY VERGILI

64 Educação Financeira

O novo envelhecer

POR JURANDIR SELL MACEDO
E ERCY SOAR

69 IBRI Notícias

Pesquisa IBRI e Deloitte revela alterações no ecossistema das Relações com Investidores

POR CECÍLIA FAZZINI

80 Opinião

Transformação Digital na Governança Corporativa - Mitos e Verdades

POR HERBERT STEINBERG

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: Antônio Castro, Edison Arisa, Eduarda La Rocque, Geraldo Soares, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Mauro Cunha, Nuno da Silva, Raymundo Magliano Filho, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuatDesign | **Distribuição em bancas:** Global Press

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.

A PRÁTICA DA SUSTENTABILIDADE:

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES **ESG** NO DEBATE DE EMPRESAS E SETOR FINANCEIRO

As questões ambientais, sociais e de governança corporativa, também conhecidas pela sigla em inglês **ESG**, estão presentes na pauta corporativa há alguns anos, até décadas. O tema, no entanto, vem ganhando relevância em função da aparição crescente na agenda de eventos, discursos, debates entre chefes de estado e lideranças, com temas relacionados aos grandes riscos globais - como se apresentam no relatório de riscos globais do World Economic Forum - e a necessidade de acordos internacionais e compromissos, como os ratificados no Acordo de Paris.

por **BRUNO YOUSSEF**

A atuação de associações setoriais, reguladores, formuladores de políticas públicas, além da forte presença da sociedade civil organizada, alçou a sustentabilidade ao topo das preocupações de dirigentes e Conselheiros das corporações. Mais que “fazer o certo” e deixar um legado para as futuras gerações, hoje as conversas abordam especialmente o impacto que essas questões podem ter sobre a inovação nos modelos de negócio e a própria perenidade das companhias.

Com o envolvimento de lideranças do setor público e privado, a sustentabilidade ganhou espaço nas preocupações de executivos e Conselheiros de empresas. A agenda se move de um discurso institucional e vai além de um posiciona-

mento moral em prol das futuras gerações, introduzindo ações e métricas que abordam o impacto que temas ESG podem ter sobre a capacidade de inovação, a efetividade de estratégias, modelos de negócio e da própria perenidade das companhias. Cada vez mais, o tema é percebido como um diferencial competitivo, com potencial de mitigar riscos, reter talentos, gerar inovação e oportunidades de negócio, além de preparar e adaptar as organizações para regulações e leis que se aplicam tanto às empresas como a seus *stakeholders*. Em todos os casos, o que se percebe é que o potencial impacto dessas questões sobre o resultado econômico-financeiro das empresas traz à mesa de discussão de executivos de empresas e do setor financeiro.

Entre financiadores e investidores, os riscos e oportunidades das empresas se traduzem diretamente no aumento ou redução de riscos de suas carteiras. Bancos, fundos de pensão, seguradoras e demais investidores institucionais vêm aumentando o uso de critérios ESG na análise, precificação de produtos e tomada de decisão financeira. Adicionalmente, à medida que o setor financeiro inclui critérios ESG na análise e tomada de decisão financeira, ele atua como um *driver* para a adoção de boas práticas pelas empresas. Os impactos sobre a redução do custo de captação e na decisão de investimentos tem sido debatida por diferentes atores deste setor em âmbito global. Os aspectos ESG passam a ser considerados uma *proxy* de gestão e integrar esses aspectos as análises tradicionais, mandatos e outras estratégias de investimentos responsáveis destinam recursos reservados para ativos verdes.

No mercado de capitais, os índices de sustentabilidade se tornaram uma referência importante, por destacarem as empresas com boas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa. No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, ISE, é a principal referência em índices desta categoria. Outros índices da bolsa brasileira são o ICO2, que tem um olhar sobre as emissões de gases de efeito estufa das empresas, e os índices da família de governança corporativa, como o IGC e o ITAG. Para as empresas brasileiras listadas nos EUA, o Dow Jones Sustainability Index World é um indicador global de performance financeira, intrinsecamente associado ao cumprimento de requisitos de sustentabilidade. Provedores de informações, como agências de *rating* são cada vez mais demandadas sobre essas questões. Com isso, a competitividade aumenta e o nível das análises evolui.

Para as empresas, cresce a demanda por informações de qualidade e a capacidade de serem transparentes. Analistas de crédito e investimentos muitas vezes vão além do cumprimento legal, e buscam um entendimento aprofundado do comprometimento das lideranças e da capacidade da empresa de antecipar tendências, mitigar riscos e promover a inovação com base em temas ESG relevantes para o seu setor e mercado de atuação, bem como tendências regulatórias. As informações podem, mas não precisam, estar disponíveis em um relatório anual e/ou de sustentabilidade. Outras ferramentas como o site de RI, o Formulário de Referência, apresentações corporativas e as próprias notas explicativas das demonstrações financeiras são pesquisadas por especialistas na avaliação ESG das empresas.

Na agenda internacional, a questão climática é que ganha maior peso para governos, empresas e o setor financeiro.



Entre financiadores e investidores, os riscos e oportunidades das empresas se traduzem diretamente no aumento ou redução de riscos de suas carteiras. Bancos, fundos de pensão, seguradoras e demais investidores institucionais vêm aumentando o uso de critérios ESG na análise, precificação de produtos e tomada de decisão financeira.



Especificamente sobre os riscos climáticos, o *Financial Stability Board (FSB)*, lançou em 2016 uma força-tarefa para aumentar a divulgação de informações pelas empresas e sua consideração pelo credores, investidores e seguradoras. Em inglês, a Task Force for Climate-related Financial Disclosure (TCFD) aborda os potenciais impactos climáticos não somente sob o aspecto físico, mas também considerando suas interações com o risco de mercado – a partir de mudanças nas tendências de consumo, tecnologia, política e reputação. Há recomendações gerais e para alguns setores específicos, como energia, transportes, agronegócio, entre outros. O objetivo da iniciativa é mapear os impactos das mudanças climáticas sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado das companhias. Estudos recentes apontam a TCFD como uma das diretrizes para regulações relacionadas a mudanças climáticas.

Com base em dados analisados pela RESULTANTE, identificamos que 60% das 130 empresas listadas analisadas já tiveram o tema mudanças climáticas em pautas de reunião de Conselho de Administração e 25% conhecem em algum nível sua exposição a riscos e oportunidades ligadas a essas questões.



Como antecipação a regulações futuras, vem crescendo o número de empresas que estabelecem o chamado preço interno de carbono, em que se pode utilizar diferentes metodologias para atingir objetivos distintos, inclusive mensurar os impactos de uma futura precificação mandatória em suas operações.



Quando analisamos práticas de gestão e a integração do tema na decisão de investimentos das empresas, entretanto, apenas 10% realizaram estudos sobre impactos de potencial precificação de carbono. Precificar o carbono significa atribuir um custo aos impactos socioambientais adversos causados pelas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, como a mudança nos padrões das chuvas, o agravamento das secas e o aumento no nível do mar. A precificação internaliza nas companhias o chamado custo social do carbono, uma externalidade negativa. Nos Estados Unidos, por exemplo, um Interagency Working Group (IWG), criado em 2009 pelo ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama, estimou o custo social do carbono em US\$ 41 a tonelada em 2016 e US\$ 50 em 2050. Trabalhos acadêmicos já simulam o impacto no EBITDA das companhias.

Sistemas compulsórios de precificação do carbono têm sido adotados por países e governos subnacionais como instrumentos valiosos para o cumprimento de suas metas de redução de GEE. Os instrumentos de precificação do carbono mais utilizados são a tributação das emissões, sistemas de comércio de emissões e modelos híbridos, que combinam os dois anteriores. Em abril de 2018, havia 45 países e 25 governos subnacionais com sistemas de comércio de emissões e/ou tributação de carbono estabelecidos, de acordo com a publicação Diálogos de Financiamento Climático do Pacto Global da ONU. No Brasil, estudos sobre a viabilidade

de implementar esses instrumentos como estratégia para alcançar os compromissos de redução das emissões assumidos no Acordo de Paris estão sendo conduzidos pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e da Economia (ME). É levado em consideração o papel que cada setor econômico pode desempenhar na estratégia nacional de redução nas emissões, segundo uma ótica de custo-benefício, e o impacto dessas medidas no comportamento de indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) e geração de emprego e renda.

Como antecipação a regulações futuras, vem crescendo o número de empresas que estabelecem o chamado preço interno de carbono, em que se pode utilizar diferentes metodologias para atingir objetivos distintos, inclusive mensurar os impactos de uma futura precificação mandatória em suas operações. Segundo relatório publicado em 2017 pelo CDP, ONG internacional que levanta e reporta dados ambientais de empresas, 1.389 companhias haviam introduzido ou planejavam adotar a precificação interna do carbono até 2019 em todo o mundo, sendo 43 delas no Brasil. É um indicador que passa a orientar decisões de investimento, como novos empreendimentos e negócios em geral, fusão e aquisição de empresas. Assim, entra na análise de viabilidade técnico-econômica do investimento, facilitando a busca pela melhor resposta tecnológica para cortar emissões de GEE ao menor custo. É dessa maneira que os agentes econômicos estão cada vez mais atentos a instrumentos que facilitem, barateiem e expandam o financiamento de ações de mitigação dos GEE e adaptação às mudanças climáticas.

As empresas incluem os temas ESG na agenda, porém com incertezas e desafios para implementá-los e comunicá-los na estrutura já existente de comunicação com o mercado. Conscientização e engajamento de lideranças, encorajar soluções coletivas no setor privado para apoiar a regulamentação, a capacitação de profissionais de áreas de negócio e serviços especializados de consultoria para diagnóstico, são possíveis caminhos a serem seguidos nessa corrida. **RI**



BRUNO YOUSSEIF

é sócio da Resultante Consultoria ESG.
bruno.youssif@resultante.com.br